

Pobres, jovens e negros: algozes ou vítimas da violência?

Poor, Youths and Blacks: Executioners or Victims of Violence?

Francisco Horácio da Silva Frota*

RESUMO: O presente estudo analisa as causas e consequências da violência entre os jovens negros brasileiros. Trata-se de uma reflexão em torno das razões de tantas mortes nesse grupo geracional e dos elementos constitutivos de uma cultura juvenil de resistência contra esta situação. A violência tanto está pensada como integrante da raiz estrutural da sociedade brasileira quanto elemento de agregação dos jovens para sua própria superação na construção da democracia. Nesse sentido, são alinhadas demandas e possibilidades participativas de tal segmento social.

Palavras-chave:
pobreza, violência,
juventude, racismo.

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
[...]

Juro que nem conhecia a famosa FUNABEM
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio
legal

Muitos me chamam de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social
(Problema Social – Seu Jorge)

Estudos revelam que de 2002 a 2008 foram assassinados 4.582 jovens brancos e 12.749 jovens negros no Brasil (WAISELFISZ, 2011). Por conseguinte, morreram assassinados 17.331 jovens entre brancos e negros, 8.167 mais jovens negros do que jovens brancos. Por que isso? Por que morrem tantos jovens? Por que essas vítimas são negras? Por que esse número é maior do que o total de soldados americanos mortos na guerra do Iraque? O objetivo deste artigo é discutir tais questões com base em um estudo sobre os nexos entre alguns conceitos que estão presentes na reflexão sobre o cotidiano das capitais brasileiras, tais como: juventude, violência, exclusão e racismo¹.

Juventude, de conformidade com o pensamento sociológico, é um grupo social explicado em torno de duas tendências, uma que a define como atributo principal o fato de ser uma fase da vida e outra que a trata como possuidora de uma cultura diferenciada e identificada com determinadas classes sociais. Uma das características do final do século IX para o final do século XX foi a valorização da juventude. Segundo Savage, J. (2009), a sua valorização não começou com o rock ´n´roll, mas foi o resultado de um fenômeno no qual

[...] a juventude vai do Wandervogel e sua paixão pela natureza até a Juventude Hitlerista; da delinquência juvenil na Londres do final do século XIX à revolta hedonista de Bright Young People após o fim da Primeira Guerra; das gangues de adolescentes no meio-oeste americano à veneração de Ropdolfo Valentino e outros ídolos de Hollywood.

Registro importante é o fato de a juventude se modificar da mesma forma que vão se transformando as suas atitudes perante a sociedade. Em determinado momento, significou um avanço os estudos psicológicos que a identificaram com o que havia de específico na adolescência, noutro foi marcante refletir sobre a afronta às regras e valores imperantes na sociedade. Na atualidade, ganha sentido a reflexão sobre a crescente busca pela individualidade. Entre os estudos, se destacam os de Hobsbawm (1995), mostrando que a base de tal “consciência começa no conflito de geração e de sexo, no seio da família” e que tal comportamento pode ter um papel importante na vida política das sociedades; os de Morin (1986), que também se referem à juventude dizendo que sua importância vai além da política e reforça a ideia da condição do “ser jovem”; Bourdieu (1983) apontando a importância da juventude na preparação para o mundo do trabalho, principalmente quando se presta para redução de hierarquias nas quais os comportamentos estão todos normatizados.

1 Esse artigo contou com a colaboração da socióloga, pesquisadora do NUPES, e doutoranda do Programa Democracia no Séc. XXI da Universidade de Coimbra, Maria Andréa Luz da Silva.

O estudo dos mecanismos de socialização nos quais são gerados os aspectos unitários que identificam a juventude como grupo social é importante para entender as razões por que ela está sendo a maior vítima da violência da sociedade; devendo, portanto, ser entendido não só o processo de continuidade como também o de descontinuidade intergeracional, haja vista o fato de que tal cultura juvenil pode se contrapor à cultura de outras gerações.

Outro aspecto de destaque é a diversidade de juventude. A transição dos jovens para a vida adulta encontra-se referenciada aos mecanismos de reprodução das classes sociais. Portanto, não faz sentido ser pensada uma só juventude. A juventude que está sendo “vitimizada” possui uma identidade própria: negra e pobre.

A violência, por sua vez, é um fenômeno geral que se faz presente em todas as sociedades e das mais diversas formas. Como diz Menezes, E. D. B., (2010), O fenômeno é tão antigo quanto o alcance da consciência histórica que possuímos. Sublinhar-lhe a atualidade é falsear-lhe a compreensão. A natureza que ela apresenta no País, no entanto, impõe um olhar específico, haja vista que de conformidade com Estudo Global de Homicídios 2011, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), em 2009, o Brasil teve o maior número de homicídios do mundo: 43.909 mortes. A especificidade do caso brasileiro, contudo, não é somente pelo fato de o País ser o detentor do troféu de recordista em homicídios, mas também pelo seu público: os jovens. O elevado índice de homicídios atinge principalmente a 26,9% da população geral do País, que é o total de sua população entre 15 a 29 anos, isto é: 51.340.478 de jovens; sendo que, desse grupo, os mais atingidos pela violência são os pretos e pardos que representam 53,59 % da juventude (IBGE, 2012)

Os números apresentados apenas evidenciam uma realidade que é de natureza estrutural, a desigualdade e a exclusão que se reproduzem historicamente mesmo nos momentos de desenvolvimento do País. Muitos são os autores que destacam a necessidade de se falar de juventude(s) pelo fato de haver diversas formas de se apresentarem. Sendo assim, no contexto da desigualdade social brasileira, uma das juventudes, a que se encontra mais excluída dos benefícios do desenvolvimento, a pobre e negra, ocupa lugar privilegiado no estudo da violência.

Exclusão, como apontam os mais diversos estudos sociológicos, significa somar perdas e conviver com a falta de reconhecimento (CASTEL, R.,1999; DEMO, P.,1998; DUPAS, G.,1999; SPOSATI, A.,1999). Uma sociedade

que tem a exclusão no desenho estrutural de sua formação convive com desintegrações de todos os tipos. A exclusão de grande parte da sociedade, conforme é observado, provoca um rompimento dos valores individuais, criando perdas dos laços de solidariedade, aparecimento de famílias mais vulneráveis e enfraquecimento das redes de ajuda mútua (RODRIGUES, et al., 1999).

Nessa juventude pobre e negra, encontram-se vítimas e algozes de uma situação marcada por crimes, mortes, roubos, execuções, torturas, prisões arbitrárias, descumprimento das leis e violações dos direitos humanos. Embora o País tenha avançado em políticas para esse público, ainda existe a necessidade de aprofundamento das medidas que garantam fazer de crianças e adolescentes sujeitos de direito e transformar a juventude em ator político que imprima suas reivindicações na agenda governamental. No caso específico da juventude negra, a mais sofrida, há maior visibilidade de suas demandas nos últimos anos, contudo, ainda continua a luta diária por cidadania.

Esse grupo encontra-se referenciado pela pobreza, exclusão e desemprego. As suas crenças, valores, símbolos, normas e práticas possuem as características de outras juventudes que vivem situações específicas de economias em crise, mas que também estão intimamente relacionadas aos processos de desenvolvimento desigual.

No tocante ao entendimento do que seja a pobreza de tais jovens, pode ser feito o uso de um modo mais abrangente de análise, como faz Rocha (2008), quando diz se tratar da situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada, exigindo, portanto, compreender necessidades básicas como as de ordem objetiva e subjetiva. Um exemplo disso é a letra da música de Arnaldo Antunes, quando, falando da juventude, diz:

[...] A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte
(Comida, Arnaldo Antunes)

Em síntese, este texto, seguindo as reflexões de Pais (1990), é um exercício analítico e sintético de resposta às indagações iniciais com suporte na realidade dos próprios jovens, haja vista ser nesse espaço que são elaboradas as características de tal grupo social.

Quem são os que estão morrendo?

Não é difícil afirmar que vivemos há aproximadamente vinte anos uma crise profunda no campo da segurança pública... Esse problema pode ser diagnosticado tanto através de procedimentos estatísticos, análise dos dados produzidos pelas secretarias de segurança, como através de estudos de percepção pública, que apontam a degradação da segurança como um problema sensível dos maiores espaços urbanos brasileiros. (BRETAS; MORAIS, 2010)

Os que estão morrendo vítimas da violência urbana são, como foi dito antes, na sua maioria, jovens e negros, grupo social caracterizado por muitos gestores públicos e ou representantes “mediáticos” como sendo o grupo gerador dos maiores problemas da sociedade.

Submetendo-o, a outra visão, entretanto, pode ser dito que a juventude negra brasileira tem sua trajetória de vida marcada pelas dificuldades, tais como: altas taxas de mortalidade, baixa escolaridade, elevada taxa de desemprego, limitado acesso à cultura, pouco lazer e dificuldades em ascender socialmente. Como registra o Relatório da ONU sobre as Desigualdades Raciais no Brasil nos anos de 2009 e 2010, as capacidades, talentos e sonhos de tais jovens são tolhidos sistematicamente, não só pela repressão e violência física, como também pela violência simbólica (PAIXAO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE F.; CARVANO, L.M., 2011).

As características que afetam esse grupo e que foram aqui destacadas decorrem de vários fatores e um deles é a dificuldade do ingresso dos seus integrantes no mercado de trabalho e de tudo o que resulta da situação de desemprego, como a falta de habitação, retardamento do casamento, falta de perspectiva e outros elementos que possam fazer com que eles sejam vistos como problema social. A transição do jovem para a idade adulta acontece no ambiente de reprodução da desigualdade e da exclusão.

Os dados seguintes, extraídos do Relatório das Desigualdades Raciais 2009-2010, (2011), mostram de que forma a desigualdade racial opera historicamente e no dia a dia, desnudando as condições de vida dessa parcela da população:

- Os dados apontam que, no ano de 2008, 12,0% dos negros que apresentavam quadro de saúde ruim ou muito ruim não haviam tido uma consulta médica nos últimos 12 meses. Entre os brancos, este percentual foi de 8,8%.

- 43,5% dos homens negros não haviam visitado um médico nos últimos 12 meses. Entre os brancos, este percentual foi de 38,6%. No contingente feminino, o percentual de não visita ao médico no último ano foi de 26,2% entre as negras e de 21,5% entre as brancas.
- A probabilidade de um jovem negro morrer assassinado antes da idade adulta é 134 vezes maior que a de um jovem branco.
- Em 2008, foram assassinadas no Brasil 32.349 pessoas negras. O índice de vitimização da juventude negra neste ano chegou a 127% e o número de jovens negros mortos foi 12.749. (PAIXAO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE F.; CARVANO, L.M. , 2011).

No estudo Juventude e Políticas Sociais no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2009), no que diz respeito à educação, o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior do que o de brancos.

No ensino superior, a desigualdade entre jovens brancos e negros torna-se ainda maior: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência líquida para os brancos é de 19,8%, enquanto para os negros é de 6,9%, diferença quase três vezes maior em favor dos jovens brancos.

Embora internacionalmente exista uma maior sensação de insegurança dos indivíduos, quando se analisa o caso brasileiro em todas as situações, conforme demonstram as tabelas seguintes, a população negra é a mais apenada: as taxas de homicídio de brancos caíram e da população negra aumentaram.

Tabela1. Número de Homicídios na População Total conforme Raça/Cor. Brasil, 2002/2010

| REGIÃO | Número de Homicídios | | | | | |
|--------------|----------------------|-------|-------|--------|-------|-------|
| | Brancos | | | Negros | | |
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2002 | 2006 | 2010 |
| Norte | 495 | 491 | 558 | 2328 | 3419 | 5177 |
| Nordeste | 1214 | 1178 | 1302 | 7967 | 11303 | 15008 |
| Sudeste | 12258 | 8553 | 5764 | 13620 | 11530 | 8661 |
| Sul | 3768 | 4583 | 5120 | 808 | 993 | 1228 |
| Centro Oeste | 1117 | 948 | 924 | 2229 | 2680 | 3190 |
| Brasil | 18852 | 15753 | 13668 | 26952 | 29925 | 33264 |

Fonte: Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil.

Analisando as taxas de homicídio entre brancos e negros e os respectivos Índices de Vitimização foi formulada a tabela seguinte.

Tabela 2. Taxas de Homicídio e Índices de “Vitimização” conforme Raça/Cor Brasil, 2002/2010

| REGIÃO | Número de Homicídios | | | | | | | | |
|--------------|----------------------|------|------|-------|------|------|--|-------|-------|
| | Branco | | | Negro | | | Índice de Vitimização Negra ² | | |
| | 2002 | 2006 | 2010 | 2002 | 2006 | 2010 | 2002 | 2006 | 2010 |
| Norte | 17,8 | 13,6 | 15,0 | 32,1 | 29,3 | 45,5 | 80,3 | 115,0 | 203,6 |
| Nordeste | 8,2 | 7,8 | 8,3 | 23,4 | 30,9 | 41,2 | 185,4 | 295,2 | 395,0 |
| Sudeste | 26,0 | 18,2 | 13,0 | 50,5 | 32,9 | 27,0 | 94,2 | 80,5 | 107,8 |
| Sul | 17,7 | 21,0 | 23,8 | 18,7 | 17,6 | 22,8 | 5,6 | -16,2 | -4,3 |
| Centro Oeste | 20,6 | 16,6 | 15,7 | 33,7 | 34,2 | 42,6 | 63,6 | 106,2 | 171,3 |
| Brasil | 20,6 | 16,9 | 15,0 | 30,0 | 30,9 | 35,9 | 45,8 | 82,7 | 139,1 |

Fonte: Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil

A juventude não pode ser discriminada de nenhuma forma, seja por sua etnia, cultura, origem nacional, religião, opinião política, aptidão física, condições sociais ou econômicas; no entanto, apesar da discussão atual sobre a necessidade de políticas públicas para as juventudes, percebe-se pela tabela seguinte a dificuldade de articulação de execução de programas específicos, com uma rede de apoio para enfrentamento destas questões.

As mortes na juventude brasileira, na maioria dos casos, têm causas externas, sendo a principal delas o homicídio. Ao considerar os indivíduos em situação de envolvimento criminal ou cumprindo a execução penal, os jovens também são a maioria.

Tabela 3. Taxas de Homicídio Jovem, Não-Jovem e “Vitimização” Juvenil (%) por Homicídio. Brasil, 2005/2010

| Indicador | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Taxa Jovem | 48,6 | 48,12 | 49,49 | 52,89 | 53,75 | 52,35 |
| Taxa não – Jovem | 20,1 | 20,82 | 19,63 | 20,51 | 21,14 | 20,45 |
| Vitimização Juvenil (%) ³ | 141,7 | 131,1 | 152,1 | 157,8 | 154,3 | 156,0 |

Fonte: Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil

2 Índices de Vitimização Negra que resulta da relação entre as taxas de brancos e as taxas de negros. Se o índice é zero, morre a mesma proporção de negros e brancos. Se o índice é negativo, morrem proporcionalmente mais brancos que negros. Se positivo, morrem mais negros que brancos.

3 Medida de Vitimização Juvenil por Homicídios, que resulta da relação entre a taxa de óbitos por homicídio da população de 15 a 24 anos de idade e as taxas correspondentes ao restante da população: considerada não-jovem.

Os dados demonstram que a vida dessa juventude está fortemente marcada por privações materiais e de direitos, fazendo com que parte significativa desta esteja condenada à morte ou a uma cidadania de segunda classe. Diante de um quadro como o que foi esboçado, o imaginário social ainda percebe essa juventude constituída de pessoas violentas e, por isso, perigosas. Da mesma forma, não reconhecesse que medidas protetivas possam ser utilizadas em jovens com tal perfil.

Minayo (1994), estudando a violência, faz uma tipologia na qual destaca três grupos: de natureza estrutural; de resistência e de delinquência. Tomando tal tipologia como elemento de análise, pode ser dito que os jovens negros brasileiros se enquadram e são vítimas de todos os três tipos de violência. Como grupo marginalizado historicamente, traz no corpo as marcas deixadas pela elite; como grupo que luta para conquistar direitos, conhece os caminhos da resistência e no cotidiano da sua existência vivencia a desnaturalização, coação, brutalização e violação de direitos.

A violência, todavia, ainda pode se mostrar de forma simbólica e, nesse sentido, a sociedade “mediática” se transforma numa máquina trituradora de sentimentos. A mídia, por um lado, gera permanentes necessidades e frustrações e de outro criminaliza esse grupo, potencializando a sua existência como problema social.

Por que a juventude negra é a que mais está morrendo?

A violência na juventude negra brasileira e a sua relação, tanto com a desigualdade do País quanto com as suas dificuldades nas relações sociais cotidianas, obrigam a se pensar no processo histórico de sua formação. O contexto atual da sociedade e seus nexos na inserção de um mundo globalizado representam o ápice de um processo que começou com o descobrimento da América e a implantação do capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder mundial.

A colonização brasileira gestou uma forma de violência muito particular no relacionamento entre o Estado e a Nação. O Estado se fez forte e presente nos mais diversos momentos da sociedade. A sua natureza de classe não é de percepção difícil, foi a saga de uma instituição que na maioria das vezes esteve distanciada do seu povo e sobre ele se impôs. A Nação foi constituída com muitas lutas e, ainda hoje, se encontra inconclusa no processo de garantias de direitos básicos da cidadania: algo que a História registra como

conquista de muitos países no século XVIII. Não menos importante é o que é promovido pelos últimos governos brasileiros: integrar parte significativa da população ao mercado de consumo. Portanto, trata-se de uma sociedade na qual seu povo ainda está vivenciando um processo de inclusão como consumidora e, acima de tudo, cidadã.

Nessa caminhada da superação das desigualdades de classe, étnicas e raciais, de gênero, de orientação sexual e geracional, encontra-se uma trajetória de combate a uma violência estrutural. Ambientada nesse contexto, cenário de contradições históricas e luta por espaços políticos, emerge o estudo da juventude como mais um protagonista da constituição de uma sociedade democrática. Isso porque a juventude, tal como se concebe hoje, está conectada à estruturação da sociedade moderna ocidental e às novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento industrial e capitalista.

O problema surge quando, a exemplo de outros grupos geracionais, existem juventudes que não podem se beneficiar de tal desenvolvimento; contradição que também se manifesta quando a sociedade projeta positivamente os valores do ser jovem e quando esta se depara com os jovens reais e os marginaliza. Nesse sentido, é importante mergulhar na origem de tais fenômenos.

As marcas de uma sociedade desigual se fazem notar mediante de uma lupa, quando a temática é violência. Vários foram os estudos explicativos da estratificação social brasileira. Furtado (1959) e Florestan Fernandes (1976) representam uma abordagem que salienta o passado colonial, mercantil e escravista do País. Raimundo Faoro (1958) explica tal fenômeno por via do processo estamental que marcou os empreendimentos coloniais portugueses. Os estudos de estratificação de raça no Brasil tem como marco o livro de Hasenbalg (1979).

A violência cotidiana do Brasil, portanto, deve ser entendida num quadro explicativo mais amplo do que o da análise das simples ocorrências policiais e do estudo das múltiplas variáveis fornecidas pelos órgãos de segurança. A leitura simplista dos dados estatísticos pode levar a que as vítimas sejam apresentadas como as grandes culpadas. A História é pródiga em situações de inversão de sentido na produção ideológica, como diz Thompson (1995), quando se refere à dissimulação de sentido mediante o deslocamento de argumentos. Uma lembrança, a que sempre se pode recorrer, é a dos debates inflamados para justificar a escravidão de índios e negros na América Latina e no Brasil. Os debates nos púlpitos e nas cátedras se faziam argumentando que a escravidão era justa. Entre tantos outros argumentos, um deles era de que ajudava aqueles seres que não tinham alma a se salvar e também contribuir na completude da evolução como espécie humana.

Durante o período colonial no Brasil, o trabalho escravo foi fundamental para a economia portuguesa e, por via de consequência, para a divisão internacional do trabalho. Com efeito, a noção de raça inferior foi fundamental para justificar a escravidão como forma de exploração do trabalho na agricultura, na mineração e nas outras atividades econômicas. A noção de raça e divisão do trabalho fez parte de um todo no qual as partes se reforçaram. A existência da escravidão como forma de dominação acontecia tanto pela força militar como pelos mecanismos ideológicos justificadores de tais práticas. A violência em todas suas formas de manifestação se fazia como algo naturalizado e justificado no seio do pensamento civilizado e cristão.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, passou a existir após o descobrimento da América. Com o tempo, os colonizadores codificaram os traços fenótipos dos colonizados e o apresentaram como característica da categoria racial. No curso da expansão mundial da dominação colonial, foi imposto o critério de classificação social a toda a população mundial em escala global, haja vista que novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos, brancos, índios, negros e mestiços. Tratando dessa questão, Weber (1982) diz que a raça constitui fenômeno social mais relacionado à honraria, status apoiado em características físicas.

O baixo índice de mobilidade social dos negros desde a libertação oficial da escravidão e o espaço que historicamente é ocupado por eles na força de trabalho do País são exemplos de uma subordinação na estrutura de classe, na qual ficam demonstradas as desvantagens que derivavam das condições raciais; exigindo, portanto, dos que analisam tal fenômeno o cuidado de não tratar tais questões apenas como sendo resultante da desigualdade de classe, o que resultaria na invisibilidade da raça. A falta de registro da questão racial na análise da mobilidade social do País poderá se transformar de equívoco teórico em formas sutis de manipulação ideológica (HALSENBALG, 1979).

Atualmente existe uma cobrança dos intelectuais que estudam as questões raciais na formação das sociedades modernas de que os conceitos de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência estejam ocupando espaço significativo nas análises sobre estrutura social. As reflexões que já estão se desenvolvendo, em muitos casos, priorizam a interseção dos eixos de opressão entre tais conceitos, chamando tal fenômeno de intersectorialidade. A reflexão, conforme é apontada, deve ir além da citação de dificuldades e complexidades no cruzamento de tais opressões, haja vista que o fundamento é afirmar a necessidade de uma postura crítica no entendimento/atitude de como tais desigualdades se cruzam e quais os seus impactos (GILLBORN, YOUDELL, 2009).

O estudo empírico organizado por Neuma Aguiar (2007) – “Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política”, indicam que nem todas as desigualdades com base na cor ou em outras características físicas dos sujeitos, simbolicamente construídas, representam um racismo, quando estudadas de modo agregado por estudos quantitativos. Diferenças acentuadas, porém, entre parcelas da população, associadas a outras medidas de estratificação, fazem suspeitar da presença de um sistema discriminatório.

Desafios urgentes da democracia

No Brasil, contudo, mesmo existindo toda esse estudo de degradação de parte significativa de sua população, já existe certo nível de clareza com relação à importância de políticas públicas para a juventude. As experiências dos debates sobre a significação da conquista de direitos que existiram nas suas Conferências Nacionais fizeram com que muitos jovens ficassem mais organizados. Com efeito, as reivindicações sobre demandas específicas da juventude negra como grupo social se ampliou e muitas delas se transformaram em políticas e programas; algo que se configurou como novidade no conjunto das políticas públicas. Não obstante, no seio da própria juventude, algumas especificidades estão ficando evidentes, as demandas da juventude se apresentam de formas diferenciadas em decorrência da existência de juventudes distintas.

Entender a juventude como ator político é pensar no encaminhamento de suas demandas, no espaço que ela deve ocupar no orçamento e na autonomia de secretarias, coordenadorias e conselhos de juventude. Tais princípios estão sendo reiterativamente propostos nas Conferências Nacionais de Juventude, espaços nos quais o conceito de participação se soma ao tema central debatido, ou seja; a conquista de direitos. Partindo do que é discutido em tais conferências, é possível se dizer que muitos aspectos, em distintos níveis da malha social, ainda necessitam ser apresentados e assimilados pelos representantes eleitos, inclusive pelos jovens. As necessidades dessas juventudes possuem especificidades que o atual contexto social está tornando cada vez mais evidentes.

Esse debate já estava na pauta da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em 2008, quando o foco das discussões girou em torno dos direitos e autonomia para uma cidadania ativa. Isto caracteriza uma continuidade na discussão das diretrizes nacionais para a juventude.

A chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988, incorpora muitas reivindicações surgidas do movimento popular e avança no seu aspecto

formal. Não obstante, existem particularidades da vida política nacional, e o fato de existirem direitos garantidos na Constituição não significa que os eles sejam respeitados. Um dos desafios atuais é o da implementação do que se encontra previsto na legislação.

Santos e Avritzer (2002) chamam esse processo de necessidade de criação de outra gramática social, ou seja: o estabelecimento de outro paradigma para pensar os indivíduos, os grupos e a sociedade. O que está acontecendo vincula as novas relações sociais com uma institucionalização dos conceitos de participação e representação.

Os jovens do século XXI experimentam novas maneiras de se relacionar com o mundo, o que implica uma mudança significativa na sua relação com o espaço e o tempo. O avanço das novas tecnologias e o acesso cada vez mais rápido à informação possibilita às juventudes maior dinamismo de suas ações, ao mesmo tempo em que, as deixam expostas a um número cada vez maior de riscos sociais. O avanço tecnológico também possibilita maior interação mundial através da internet e da ampliação dos meios de comunicação de social. Isso facilita os jovens de hoje estarem mais engajados socialmente; no entanto, os jovens da geração atual são atingidos pela desigualdade e insegurança que levam a problemas, como desemprego, tráfico de drogas ilícitas, comércio ilegal de armas e violência policial. Existe toda uma especificidade fazendo com que as juventudes reivindiquem ser representadas com base em suas características distintas dos demais grupos sociais.

Os jovens negros estão lutando pela conquista do seu espaço desde o período escravocrata e se intensificaram ao longo da história; contudo, tais iniciativas ganham novo vigor e outra visibilidade no contexto geral da luta pelos direitos da juventude em âmbito mundial e nacional. As formas que estão sendo encontradas para manifestação das suas denúncias e reivindicações são de naturezas diversas, desde produções artísticas e culturais até a organização de movimentos e participação em conferências e congressos. No âmbito de tais iniciativas, surgiram tanto as Irmandades e Clubes Negros, o Hip Hop, o Funk, os Blocos Afros e Afoxés, o Samba e o Rock, quanto o Encontro Nacional de Juventude Negra.

Da década de 1990 até 2007 estes debates cresceram e, no último ano, foi realizado o I Encontro Nacional de Juventude Negra (I ENJUNE). Na pauta da discussão sobre a juventude, o centro do debate foi a questão racial e os sujeitos negros, destacando as desigualdades e opressões impostas à maior parcela da população brasileira.

Recentemente foram ampliadas e inovadas as políticas de proteção social para a juventude negra: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Projovem; e ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, entre outras. Também merecem registro outras iniciativas das quais essa juventude pode se beneficiar: Programa Nacional de Qualificação-Planseq, o Bolsa Família, o Programa Universidade Para Todos.

A Juventude Negra na luta pelo seu espaço na cena política brasileira realizou o 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), evento no qual responsabilizou o Estado a

[...] implementar políticas específicas de extinção do genocídio cotidiano da juventude negra que se dá pelas políticas de segurança pública, ação das polícias (execução sumária dos jovens negros/as e tortura), do sistema prisional e a ineficácia das medidas sócio-educativas que violam os direitos humanos; e de saúde, que penaliza especialmente a jovem mulher negra (ENJUNE, 2007).

Portanto, essa juventude reivindica políticas com metas diferenciadas e orçamentos assegurados para garantir sua devida execução. Na construção e implementação de tais políticas públicas, foram elaboradas as seguintes recomendações:

- Priorizar a erradicação do analfabetismo e ampliar a permanência das mulheres jovens na educação formal inclusiva e não sexista;
- Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das jovens, em especial as negras, no mercado de trabalho;
- Garantir atendimento de saúde qualificado e humanizado para juventude negra;
- Criar uma padronização da abordagem policial a partir de um protocolo público para procedimento dos operadores de segurança pública;
- Enfrentar todas as práticas de violência contra as jovens mulheres:
- Preparar as delegacias, inclusive as Delegacias de Defesa da Mulher e os diversos equipamentos de saúde, para o atendimento de mulheres jovens; (ENJUNE, Relatório do Encontro Nacional de Juventude Negra -,Bahia ,2007).

O desafio da democracia brasileira, portanto, é avançar na superação das diversas formas de desigualdade social. Os caminhos para o resgate das injustiças com a juventude negra já estão, em grande parte, apontados pelo próprio movimento.

Considerações Finais

Conforme demonstrado neste texto, a violência no cotidiano brasileiro é profunda e atinge principalmente os jovens negros. Isso implica que tal grupo deve ser pensado como possuidor de uma identidade própria que vem sendo construída ao longo do tempo. Essa identidade traz a marca da faixa etária e, nesse sentido, as características que a definem como passagem da infância para a idade adulta. Como grupo geracional, no entanto, os nexos são mais profundos do que os decorrentes da faixa de idade e suas explicações são buscadas nas relações sociais estabelecidas no cotidiano da prática social. Acrescentando a essa identidade outra, decorrente do fato de ser um tipo específico de juventude, a juventude negra, todos os nexos anteriormente referidos, são aprofundados. As relações não se manifestam de forma igual para todas as juventudes. A juventude negra tem identidade própria, haja vista sua história e seus desafios diários.

A juventude negra, como grupo social que elabora identidade própria, também traz como característica a convivência com uma violência objetiva e simbólica. Os dados atuais apontam que tal violência é múltipla: de natureza estrutural, de quem se afasta das normas estabelecidas e de quem resiste feito grupo marginalizado. As marcas da escravidão ainda não se apagaram, os indicadores que tratam das condições de vida ainda continuam de péssima qualidade, as taxas de homicídio são altíssimas e, nesse público, estão os que mais são punidos. O estigma, como forma de violência simbólica, também se aprofunda nessa juventude quando passa a identificá-la com a criminalidade.

Essa juventude, a exemplo de outros grupos sociais que se organizaram como movimento social, buscou a consolidação de sua identidade e organização para fazer valer seus direitos. Com efeito, não só multiplicou as formas de resistência e estratégias para conquista de suas demandas como também impôs formas novas de relacionamento entre os jovens no geral, outros grupos sociais e instituições públicas. As mobilizações envolveram a busca por inclusão de suas demandas nas agendas políticas dos diversos governos (municipais, estaduais e federal) e estruturação de redes de solidariedade geradoras de identidades coletivas.

A constatação de um problema da natureza do que foi apresentado, no qual as maiores vítimas da violência são jovens negros, tem que ser combatido. A superação desse problema não é fácil, mas é algo fundamental para a

conquista da democracia brasileira. Muitas demandas dessa juventude já estão incorporadas à agenda política nacional, no entanto, ainda é pouco. Além das providências que possam impactar na superação das desigualdades estruturais, necessitam ser tomadas medidas para melhorias reais das condições materiais de existência dessa parcela da população. Associado a tudo isso, o mais difícil e mais premente, o combate (de forma legal e educativa) a todas as formas de preconceito.

ABSTRACT: This study examines the causes and consequences of violence among young black people. It is a reflection on the reasons for so many deaths in this generational group and the constituent elements of a youth culture of resistance against this situation. Violence is either regarded as a part of the structural root of Brazilian society and as an aggregation element of youths for their self-improvement in building democracy. In this sense, demands and participatory possibilities of such social segment are aligned.

Artigo

Recebido: 01/09/2012

Aprovado: 30/09/2012

Keywords: poverty, violence, youth, racism

Referências

AGUIAR, N. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

BOURDIEU P. Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRETAS, M. L.; MORAIS, D. P. Guarda Municipal do Rio de Janeiro: a visão carioca, In: O Público e o Privado, n°15, Fortaleza, Ed. Uece, 2010.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: Vários, Desigualdade e a questão social. São Paulo, Educ, 1999.

CASTRO, J. A. e AQUINO, L. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

DEMO, P. Charme da Exclusão Social, Campinas, Autores Associados, 1998.

DUPAS, G. A. A economia global e exclusão social – pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

ENJUNE. Relatório do Encontro Nacional de Juventude Negra: Novas Perspectivas na Militância Étnico / Racial, Bahia, 2007.

FAORO, R. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Globo, 1958.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, 2 ed., São Paulo, 1976.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

GOLDBERG, David Theo. 'Modernity, race, and morality', in Philomena Essed and David Goldberg (eds), Race Critical Theories: Text and Context, Oxford: Blackwell, 283 - 306. 2002.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GILLBORN, D.; YOUDELL, D. Rationing Education: Policy, Practice, Reform and Equity, Univ. Pr Hardecover, 1999.

HASENBALG, C. A. Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Censo Demográfico de 2010, 2012.

JACCOUD, Luciana. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo, Brasília: Ipea, 2005.

MENEZES, E. D.B. Da Violência e as Questões Disputadas: existe saída? In: O Público e o privado, nº 15, Fortaleza, EdUECE, 2010.

MINAYO, M.C.S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública, Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1) 07-18, 1994.

MORIN, Edgar. Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo, Rio de Janeiro, Forense – Universitária, 1986.

OIT. Trabalho Decente e Juventude, Brasil, 2009.

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude alguns contributos, In: Análise Social, vol. XXV, 1990.

PAIXAO, M. ; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE F.; CARVANO, L.M. (orgs.) - Relatorio Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2009 / 2010; Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2011.

PERREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo, Cortez, 2002.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social, Tempo Social. ano 12, v.12, n.1, maio de 2000.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil – Afinal , de que se trata?, Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 2006.

RODRIGUES, E.V. et al. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia, Porto, n. 9, 1999.

SAVAGE, J. – A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX, Rio de Janeiro, Rocco, 2009.

SALES, M A; MATOS, M C de; LEAL, M C (ORG). Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SANTOS, B. S. ; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S.(Org.). Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SEPPPIR - Construindo políticas públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial, Brasília, 2011.

SPOSATI, A. – Exclusão social abaixo da linha do equador. In: VERAS, M. P. B. (Ed). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugan. São Paulo, EDUC, 1999.

THOMPSON, J.B. – Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis – RJ, Vozes, 1995.

United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC, Global Study on Homicide, Vienna, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1982.

